



ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM RAFAEL FERNANDES/RN NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES IN RAFAEL FERNANDES/RN IN THE PERSPECTIVE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ANÁLISIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN RAFAEL FERNANDES/RN EN LA PERSPECTIVA DEL DESARROLLO SOSTENIBLE

Rafaela Sonally Cunha Moura

Bacharela em Economia pela UERN

E-mail: rafaela_sonally@hotmail.com

Boanerges de Freitas Barreto Filho

Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido –
PLANDITES/UERN

E-mail: boanerges.sms@hotmail.com

RESUMO:

O desenvolvimento sustentável (DS) é um tema que está em ênfase na realidade atual, pois influencia na qualidade de vida da população. A elaboração e execução de políticas públicas são formas como a gestão pública realiza seus propósitos e atende a demanda da população. Este artigo tem como objetivo geral analisar as fases das políticas públicas existentes no município de Rafael Fernandes/RN, com ênfase aquelas associadas à promoção do desenvolvimento sustentável, a partir do modelo dos ciclos de políticas públicas (formação da agenda, formulação de políticas, processo de tomada de decisão, implementação e avaliação). Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica e estudo de caso em Rafael Fernandes/RN. Percebe-se a existência de algumas iniciativas do Poder Público para o DS, ainda que seja necessário fortalecer setores que apresentaram tendências de evolução e reorientar as ações nas áreas que demonstraram atraso em relação ao desempenho esperado. Também se verificou que são necessários mais esforços para o fortalecimento do setor de planejamento da gestão pública municipal para que a elaboração das estratégias de intervenção e aplicação dos recursos limitados sejam potencializadoras das tendências positivas e capazes de aprimorar as situações insatisfatórias e instituir expectativas futuras otimistas.

Palavras chave: políticas públicas; desenvolvimento sustentável; planejamento.

ABSTRACT:

Sustainable development is a notable theme nowadays because it has influence in people's quality of life. Development and implementation of public policies are the way how public management achieves its goals and meets the demands of people. For that reason, the general goal of this paper is to analyze the phases of public policies implemented in Rafael Fernandes/RN, focusing on those actions that promotes sustainable development from the model of public policies cycle (agenda setting, policy making, budgeting, implementation and evaluation). Therefore, it was performed a bibliographic research and a case study in Rafael Fernandes/RN. One realized the existence of some initiatives from Public Power toward sustainable development, although it is necessary to strengthen sectors that show trends of evolution and to reorient actions in sectors that demonstrate performance lag. Also, one noticed the need for further efforts to the planning sector of municipal public administration, so that the elaboration of intervention strategies and application of limited budget manage to potentiate positive trends, and be able to improve the unsatisfactory situations and to instill optimistic expectations.

Keywords: public policies; sustainable development; planning.

RESUMEN:

Desarrollo sostenible (DS) es un tema que está en foco en la realidad actual, ya que influye en la calidad de vida de la población. El desarrollo e implementación de políticas públicas son formas de la administración pública llevar a cabo sus propósitos y atender las demanda de la población. Este artículo pretende analizar las etapas generales de políticas públicas existentes en el municipio de Rafael Fernandes/RN, con énfasis en aquellas relacionadas con la promoción del desarrollo sostenible, desde el modelo de los ciclos de las políticas públicas (formación, formulación de políticas, toma de decisiones, ejecución y evaluación). Para ello se llevó a cabo la investigación bibliográfica y estudio de caso en Rafael Fernandes/RN. Se puede ver la existencia de algunas iniciativas del gobierno para el DS, aunque es necesario fortalecer los sectores que mostraron tendencias de evolución y reorientar las acciones en las áreas que han mostrado retraso en relación al rendimiento esperado. También se ha verificado que se necesitan más esfuerzos para fortalecer el sector de la planificación de la administración pública municipal para que la elaboración de estrategias de intervención y aplicación de los recursos limitados sean potencializadoras de las tendencias positivas y capaces de mejorar las situaciones insatisfactorias y establecer expectativas futuras optimistas.

Palabras clave: políticas públicas; desarrollo sostenible; planificación.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços produzidos em diversas áreas do conhecimento vêm sendo amplamente utilizados por pesquisadores que almejam identificar e avaliar impactos gerados nos processos de formulações e execuções de políticas públicas. Essas políticas são elaboradas para o enfrentamento de problemas públicos, que se materializam por meio de instrumentos variados e são influenciadas por diversos atores que correspondem a um universo amplo de ações, estilos e atuação.

Em decorrência de enormes complexidades, como o crescimento acelerado da população e o aumento desordenado das cidades, intensificaram-se os problemas ambientais e cada vez mais se exigem soluções voltadas para o desenvolvimento sustentável. No campo das políticas públicas, tem-se buscado promover a sustentabilidade, tendo em vista o reconhecimento da limitação ecológica dos recursos e a ideia que o desenvolvimento sustentável proporciona a qualificação ou restrição do crescimento econômico, harmonizando-se o avanço material com a preservação da qualidade do meio ambiente, da vida e o nível do produto social (CAVALCANTI, 1999).

O reconhecimento das limitações ecológicas para a manutenção de um padrão de crescimento meramente economicista proporcionou a oportunidade para ampliação do debate sobre o desenvolvimento sustentável. A agenda ambiental passou a integrar o desempenho e a elaboração das políticas públicas nos diversos países do globo, com maior ênfase nos países mais atuantes nos fóruns e conferências promovidas pelo Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA).

A assimilação e as preocupações com a sustentabilidade ambiental para a elaboração das políticas públicas vêm ganhando espaço ao longo das últimas décadas, principalmente, no meio acadêmico. O aprimoramento teórico contribuiu decisivamente para que as políticas públicas pudessem incorporar o desenvolvimento sustentável, e os modelos passaram a contemplar

melhorias sociais, econômicas e ambientais, além de estabelecer compromissos éticos com as gerações futuras. Embora os modelos teóricos demonstrassem a exequibilidade e a necessidade de se incorporar a sustentabilidade ambiental na elaboração de políticas públicas, tem-se que reconhecer que muitas vezes, principalmente, nas esferas subnacionais, no caso brasileiro, boa parte das ações propostas não é executada. Tal expecto pode sugerir que os municípios incorporaram a agenda ambiental na construção de suas políticas públicas apenas para atender a legislação vigente, mas sem efetivo compromisso com a execução das medidas.

O presente estudo tem como objetivo analisar as fases das políticas públicas existentes no município de Rafael Fernandes/RN, com ênfase naquelas associadas à promoção do desenvolvimento sustentável, a partir do modelo dos ciclos de políticas públicas (formação da agenda, formulação de políticas, processo de tomada de decisão, implementação e avaliação). As fases que compõem a estruturação de uma política pública proporcionam aos elaboradores um método de analisar ou examinar como as decisões são ou poderiam ser tomadas, permite identificar os processos político-administrativos, os mecanismos e estratégias definidas para a realização da política e o desempenho dos diferentes atores envolvidos em cada etapa do processo de produção de políticas (RUA, 2009).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL

Em língua inglesa, têm-se duas grafias para diferenciar política: os termos *politics* e *policy*. O termo política no sentido de *politics* tem na concepção de Bobbio, o sentido de “atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”, assumindo a conotação de que a política seja uma atividade de competição. Quando o termo política adota a definição expressa pelo termo *policy*, torna-se “mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação”, estando o termo política pública (*public policy*) a ela vinculada (SECCHI, 2013, p. 01).

O termo política pública (*public policy*) trata do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões, assim uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. “Embora, uma política pública implique decisão política, e nem toda decisão política chega a constituir uma política pública” (RUA, 2009, p. 20).

O termo política pública possui dois elementos fundamentais: “intencionalidade pública e resposta a um problema público”, ou seja, o motivo para estabelecer uma política pública é a forma de tratar ou de resolver um problema considerado coletivamente relevante (SECCHI, 2013, p. 1-2).



Dessa forma, entende-se que a política pública é um conceito abstrato que se materializa por meios de instrumentos variáveis. Tomando formas de programas públicos, projetos, leis, companhias publicitárias, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, entre outros (SECCHI, 2013). Ou seja, escolher os instrumentos mais adequados para enfrentar determinado problema requer adequado conhecimento da realidade e envolve escolhas complexas. De acordo com Rua (2009), pode-se lidar com a complexidade através do recorte das políticas públicas em etapas sequenciais.

Esse método de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) conhecido também com ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), “é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (SECCHI, 2013, p. 43). Na concepção do ciclo de políticas,

[...] a política pública é considerada a resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político. Esse ciclo é uma abordagem para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política (RUA, 2009, p. 37).

De acordo com Caldas (2008), o ciclo de políticas públicas apresenta cinco fases principais:

PRIMEIRA FASE – Formação da Agenda (Seleção das Prioridades);
SEGUNDA FASE – Formulação de Políticas (Apresentação de Soluções ou Alternativas);
TERCEIRA FASE – Processo de Tomada de Decisão (Escolha das Ações);
QUARTA FASE – Implementação (ou Execução das Ações);
QUINTA FASE – Avaliação (CALDAS, 2008, p. 10).

Essas fases proporcionam aos elaboradores das políticas um método para analisar ou examinar todo o processo, desde a constituição da agenda até a avaliação dos resultados alcançados e, caso seja necessário, promover a correção de rumos. Em relação ao processo de elaboração de políticas públicas para o Desenvolvimento Sustentável (DS) do município de Rafael Fernandes/RN, observa-se que a maioria delas é definida e detalhada nas leis municipais, como: a Lei Orgânica do Município (LOM), Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentaria Anual (LOA), o OGM (Orçamento Geral do Município), o Código de Postura, o Código de Saneamento e demais leis. Para tornar exequíveis os pressupostos estabelecidos na LOM e demais leis, bem como, aqueles emanados do desejo popular, a prefeitura elabora os instrumentos que regem o processo de orçamentação: o PPA, a LDO e a LOA.

O PPA rafaelsense foi analisado a partir do ciclo de políticas públicas, uma vez que é o documento base para a LDO e a LOA. Assim, a Formação da Agenda decorre da participação direta

da população (Audiência Públicas e escolha da maioria dos eleitores do Programa de Governo apresentado pelo candidato vitorioso na eleição para prefeito) e indireta através da aprovação dos vereadores de todas as propostas do Executivo Municipal. A Formulação da Política (soluções apresentadas para as demandas da população) e a Tomada de Decisão (escolha das ações) se materializam nos documentos oficiais, especialmente nas leis orçamentárias. A fase de Implementação fica evidente pela destinação dos recursos necessários e, principalmente, pela execução orçamentária. Por fim, recorre-se aos indicadores para se proceder a Avaliação dos resultados alcançados.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A preocupação com a elaboração de políticas públicas com vistas à incorporação do desenvolvimento sustentável requer, antes de qualquer coisa, apreender a realidade complexa e a própria ideia de desenvolvimento sustentável (CAVALCANTI, 1999). Para Cavalcanti (1999, p. 30), "política de governo para a sustentabilidade significa uma orientação das ações públicas motivadas pelo reconhecimento da limitação ecológica fundamental dos recursos". Ou seja, o desenvolvimento sustentável "é a qualificação ou restrição do crescimento econômico, harmonizando o avanço material com a preservação de uma sociedade natural, proporcionando, assim, a qualidade do meio ambiente, a qualidade de vida e o nível do produto social".

Todt (2006) lembra que as políticas necessitam da participação da sociedade, pois, não se alcança o objetivo da sustentabilidade sem consenso. Segundo o referido autor, cabe a política voltada à sustentabilidade:

- a) Assegurar a adequada estruturação do estoque de capital;
- b) Promover a renovação da natureza;
- c) Adequar os padrões de consumo, mediante a educação e a mudança institucional (TODT, 2006, p. 47).

Alguns elementos se apresentam indispensáveis para a formulação das políticas públicas, como a obtenção adequada de informações e dados, a fim de se proceder ao adequado ajuste da utilização dos fatores existentes, respeitando a renovação natural e/ou redirecionando os eventos econômicos e as atividades que destroem o capital natural, bem como, estimulando as atividades que preservam o ecossistema (CAVALCANTI, 1999).

Percebe-se que a elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas é uma tarefa complexa. Requer a construção de laços solidários entre grupos sociais com interesses diversos e que disputam recursos insuficientes. A complexidade é ainda maior quando o Ciclo de Políticas



Públicas deve considerar como premissa o processo de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, é cabível, a partir da contextualização histórica, discorrer sobre o desenvolvimento sustentável.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTEXTO HISTÓRICO

O conceito de desenvolvimento sustentável (DS) impulsionou vários debates, acentuando-se no período da Guerra Fria e, atualmente, é um “imperativo global que chegou para ficar” (VEIGA, 2005, p. 187). O Relatório do Clube de Roma, publicado em 1972, formulou a proposta do congelamento do crescimento econômico e demográfico para assegurar a estabilidade ecológica. Assumindo um tom neomalthusiano foi bastante criticado por não estabelecer ritmos diferenciados para os países pobres (acatar a tese do congelamento seria o mesmo que condenar os pobres à eterna pobreza) (BUARQUE, 2002).

No ano seguinte, em 1973 o conceito de ecodesenvolvimento foi usado pelo canadense Maurice Strong, mas foi Sachs que propôs os seis princípios básicos: a) satisfação das necessidades básicas; b) preocupação com as gerações futuras; c) participação da população envolvida; d) cuidado dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) preparação de um sistema social que garantisse emprego, segurança social e respeito a outras culturas; f) programas de educação (CAVALCANTI, 1998).

Em 1987, com o Relatório de Brundtland, que ficou conhecido por seu estudo que contemplou os problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global, e onde também se destacou a ligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, enfatizando a postura ética que seria responsável tanto pelas gerações futuras como pelos membros da sociedade existente. O Relatório enfatizou que o “desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (CAVALCANTI, 1998, p. 33).

Em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), sendo um dos mais importantes acontecimentos políticos do final do século XX. O evento consagrou a proposta de desenvolvimento sustentável e aprovou a Agenda 21, que sugeria comprometimento das nações com as gerações futuras (BUARQUE, 2002). Os temas se tornaram essenciais para a formulação de processos de planejamento em diferentes níveis setoriais e espaciais. A Agenda 21 destacou-se como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes regiões do planeta, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005).

Em junho de 1997, em Nova York, ocorreu uma seção especial da Assembleia Geral da ONU para a revisão e avaliação da implementação da Agenda 21, ficando conhecida como Rio+5, e que contribuiu para criar um ambiente político propício à aprovação do Protocolo de Kyoto. Em dezembro de 1997, a 3ª Conferência foi realizada em Kyoto, no Japão, onde foi elaborado o Relatório de Kyoto que só deveria vigorar a partir de fevereiro de 2005. Kyoto definiu metas obrigatórias de redução nas emissões de gases contribuintes para o “efeito estufa” para 38 países industrializados e a União Europeia (RADAR RIO+20, 2011, p. 15).

Evidentemente que as inúmeras conferências internacionais que ocorreram ao longo das últimas décadas produziram efeitos positivos, em que pese a sensação de que se poderia ter avançado muito mais. Registre-se que se reconhece o desenvolvimento sustentável como um processo, inclusive de convencimento dos diversos atores e, também por isso, o componente ético assume papel relevante. Aliás, como defende Buarque (2002, p. 60), o desenvolvimento sustentável é a “resposta aos problemas e desigualdades sociais do planeta”, sendo compreendido também como uma solução para degradação ambiental, que na percepção do crescimento tende a limitar as oportunidades das gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável é sem dúvida um novo paradigma que demanda total envolvimento dos atores sociais, pois representa uma nova forma de encarar a natureza. E as mudanças necessárias requerem esforços multilaterais dos diversos governos nacionais, mas também implicam, necessariamente, em mudanças na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas municipais.

5 RAFAEL FERNANDES: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

A economia do município apresenta uma significativa participação, em termos de quantidade de estabelecimentos, da agricultura familiar e de pequenos estabelecimentos comerciais, quase não dispõe de indústrias, e o Produto Interno Bruto (PIB) é altamente dependente do setor público municipal, ou seja, a economia apresenta as mesmas características da maioria dos pequenos municípios do Nordeste.

Em referência aos aspectos estruturais, o município de Rafael Fernandes, considerado de pequeno porte, enquadra-se no perfil da grande maioria dos municípios brasileiros, onde se apresentam problemas referentes à oferta de serviços básicos de saneamento e demais serviços responsáveis por garantir o padrão de bem-estar social, como educação e saúde, além de serem acentuados os padrões de desigualdades sociais verificados entre a população.



O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,652 e a esperança de vida ao nascer é de 66,72 anos (IDEMA, 2008, p. 8). O Índice de Gini¹ (2010) foi de 45,70, que representa o nível da desigualdade social do município (PORTAL ODM, 2013). O Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM)², que abrange cinco dimensões (Habitação, Renda, Trabalho, Saúde e Segurança e Educação), foi de 4,14; no âmbito da habitação, 4,95; de renda 4,91; de trabalho 4,51; de saúde e segurança 5,35 e de educação 3,75 (FGV, 2010).

De acordo com o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)³, o município se encontra entre os 10 melhores resultados do RN, apresentando o IFGF de 0,6447, tendo sua receita própria obtido o índice de 0,1831, seus gastos com pessoal, 0,8512, seus investimentos de 0,7099, estando sua liquidez em 0,7576 e o índice do custo de vida estimado em 0,8182 (IFGF, 2012).

Na verdade, os municípios exibem desigualdades econômicas e sociais que, para serem superados, precisam de um processo de planejamento ascendente, permitindo a reflexão, a análise e a construção de cenários, com a coerente definição de ações, de acordo com as suas especificidades, reconhecendo o desenvolvimento como um processo dinâmico e multidimensional. Tudo isso, em plena interação com as características sociais, ambientais, econômicas e culturais do Território de Identidade⁴ onde o município está inserido. O processo participativo municipal de planejamento, gestão e monitoramento de políticas públicas deve procurar organizar problemas e soluções, convocando o poder local, a sociedade civil, igrejas e os movimentos sociais a assumirem papéis de protagonistas das ações (CEDRS, 2013).

Tais competências são responsabilidades e encargos atribuídos a cada esfera governamental para realizar sua gestão. São definidas na Constituição Federal e, no caso dos municípios,

¹ O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

² O Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) tem como objetivo sintetizar em um único indicador vários aspectos referentes ao desenvolvimento social de um município, esse indicador abrange cinco dimensões: Habitação, Renda, Trabalho, Saúde e Segurança e Educação. O ISDM é construído de maneira a indicar que quanto maior o seu valor, maior o nível de desenvolvimento do município. Ele é obtido como uma média simples dos indicadores de cada dimensão, que são estabelecidos numa escala de 0 a 10, e, portanto, o ISDM também varia nessa escala (FGV, 2010).

³ O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) é uma ferramenta de controle social que tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos. Está composto pelos seguintes indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida (IFGF, 2012).

⁴ O território de identidade é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais. Composto por uma população dividida por grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Esse conceito tem como o objetivo identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões (CEDRS, 2013, p. 3).

detalhadas nas Leis Orgânicas. O município tem ampla autonomia para definir suas políticas e aplicar seus recursos, no caso das competências privativas ou exclusivas.

A caracterização socioeconômica do município de Rafael Fernandes/RN e o levantamento de indicadores e dados, das mais diversas fontes, demonstram algumas conquistas e avanços, bem como, a persistência e recorrência de problemas econômicos, sociais e ambientais. Em relação aos aspectos econômicos, tem-se uma agricultura pouco desenvolvida, com predomínio de estabelecimentos agrícolas familiares praticando a agricultura de subsistência. Um setor industrial pouco expressivo e um setor de serviços, com predomínio de pequenos estabelecimentos comerciais e forte dependência do setor público.

Tal arranjo econômico gera poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho formalizado no setor privado, recaindo sobre o Poder Público a responsabilidade pela geração dos postos no setor formal e, ainda, com forte presença de trabalhadores informais, por conta própria e outras formas precárias de trabalho.

O município tem apresentado um pequeno crescimento populacional, com predomínio de habitantes na área urbana, com expansão da taxa de urbanização de 51,94%, em 2000, para 57,74%, em 2010. A taxa de crescimento populacional de cerca de 1% ao ano, manteve-se para os períodos estimados pelo IBGE para 2012 e 2013. Ocorreu a expansão do PIB durante o período 2008-2011, com incremento do PIB *per capita*, aspecto que indica que a economia municipal, no aspecto meramente quantitativo, tem gerado crescimento. Evidencia-se que o crescimento econômico modesto não se refletiu numa mudança significativa do perfil econômico municipal. Ao contrário, infelizmente, parece sugerir a ampliação da dependência em relação ao Poder Público, tendo em vista que no ano de 2010 existiam apenas 243 pessoas ocupadas e recebendo salários nas empresas instaladas no município, com remuneração média de 1,3 salários. A probabilidade é que o crescimento econômico seja em função da participação do setor público, tendo em vista que a agricultura é pouco dinâmica (basicamente de subsistência) e os setores industriais, bem como, as demais empresas geradoras de postos de trabalho, apresentem-se modestas.

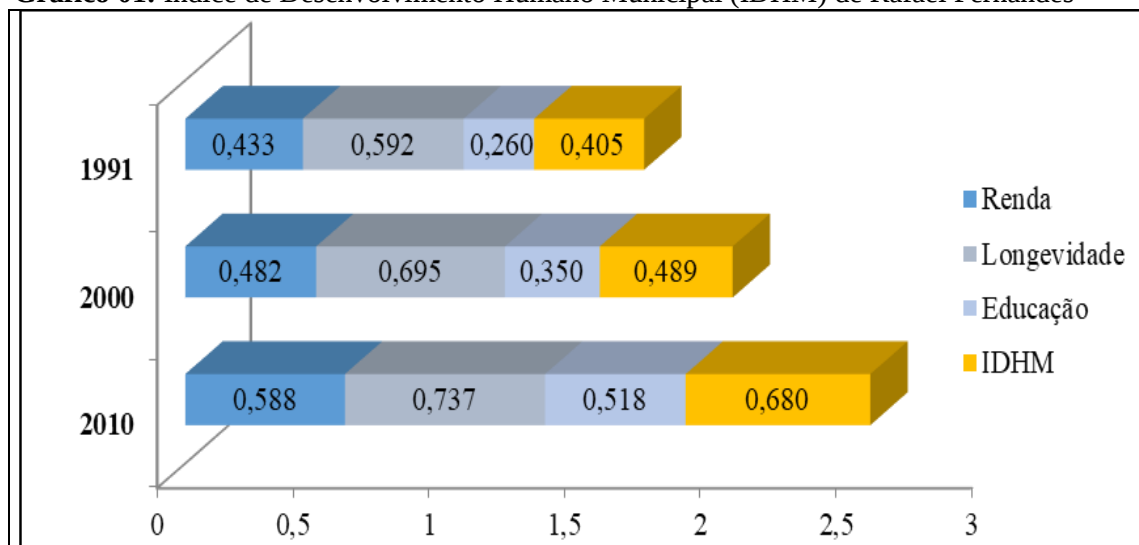
Considerando-se plausível tal perspectiva, convém reconhecer que o crescimento econômico dependente, quase que exclusivamente, do Poder Público não é eficiente, e tampouco pode ser considerado sustentável, e sustentado, por longo período. Entretanto, não se pode desconsiderar a possibilidade de que a partir de um impulso inicial não se criem os mecanismos necessários para promover o desenvolvimento sustentável do município.

Em relação aos aspectos socioeconômicos, tem-se uma tendência, em geral, de melhorias nas condições de vida da população. O IDH apresentado pelo IDEMA (2008) para o município foi



de 0,652 e a esperança de vida ao nascer era de 66,72 anos. Em 2010, o Atlas do Desenvolvimento Humano apresentou um índice de 0,680, com a esperança de vida aumentando para 69,24 anos. Observou-se também que o hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM de Rafael Fernandes e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 23,29% entre 2000 e 2010 (Gráfico 01).

Gráfico 01: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rafael Fernandes



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013, p. 2)

Os indicadores de educação melhoram significativamente, quase dobrando entre 1991 e 2010, bem como ocorreu a expansão da renda per capita (Tabela 01). Mesmo assim, o município se encontra abaixo da média nacional e também estadual, ocupando apenas a 76ª posição no ranking do Rio Grande do Norte.

Tabela 01: IDHM e seus componentes - Rafael Fernandes

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,260	0,350	0,518
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	14,93	22,67	36,93
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	65,24	80,46	90,80
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	33,08	44,84	75,41
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	24,66	32,30	43,36
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	14,43	15,83	35,71
IDHM Longevidade	0,592	0,695	0,737
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,54	66,72	69,24
IDHM Renda	0,433	0,482	0,588
Renda per capita (em R\$)	118,31	160,72	311,04

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013, p. 02)

Em relação ao índice de pobreza, também se observa uma tendência de redução, pois em 1991 eram 57,68% na faixa de extremamente pobres e, em 2010, o índice foi de 10,58%. Também caiu o percentual de pobres, passando de 74,48%, em 1991, para 29,99%, em 2010. A redução da indigência e da pobreza se refletiu na melhora do índice de Gini que passou de 0,60 (em 1991) para 0,45 (em 2010). Destaque-se que em 2010, os 20% mais pobres da população se apropriaram apenas de 3,95% da renda, enquanto os 20% mais ricos se apropriaram de 49,64%. Os dados demonstram que a concentração de renda, embora declinante, ainda é muito significativa (Tabelas 02 e 03).

Tabela 02: Renda, Pobreza e Desigualdade - Rafael Fernandes

Indicadores	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	118,31	160,72	311,04
% de extremamente pobres	57,68	36,52	10,58
% de pobres	74,48	59,29	29,99
Índice de Gini	0,60	0,54	0,45

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Tabela 03: Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Rafael Fernandes

Indicadores	1991	2000	2010
20% mais pobres	1,07	1,41	3,95
40% mais pobres	6,37	8,41	13,28
60% mais pobres	15,94	21,34	28,08
80% mais pobres	36,23	44,69	50,36
20% mais ricos	63,77	55,31	49,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

A trajetória de melhorias socioeconômicas parece indiscutível, entretanto não se pode perder de vista que a situação ainda está longe do ideal e também que a melhoria coincide com a ampliação das políticas de transferência direta de renda realizada pelo governo federal, por exemplo, através do Programa Bolsa Família e pela política de valorização do salário mínimo que beneficia os aposentados, dentre outros.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) apura um importante indicador referente ao desenvolvimento social municipal, trata-se do Índice Municipal de Desenvolvimento Social (ISDM). Entre 2000 e 2010 o índice de Rafael Fernandes passou de 3,55 para 4,14 e os componentes apurados, habitação, renda, saúde e segurança, melhoraram o desempenho, enquanto que, trabalho e educação, pioraram no período 2000 a 2010 (Tabela 04). Esse índice merece maior atenção porque considera indicadores que são influenciados diretamente pela ação do Poder Público municipal, por exemplo, na área de habitação, melhoraram os índices de domicílios com acesso a coleta de lixo, energia elétrica, água canalizada e esgoto sanitário.



Tabela 04: Evolução do ISDM – Rafael Fernandes

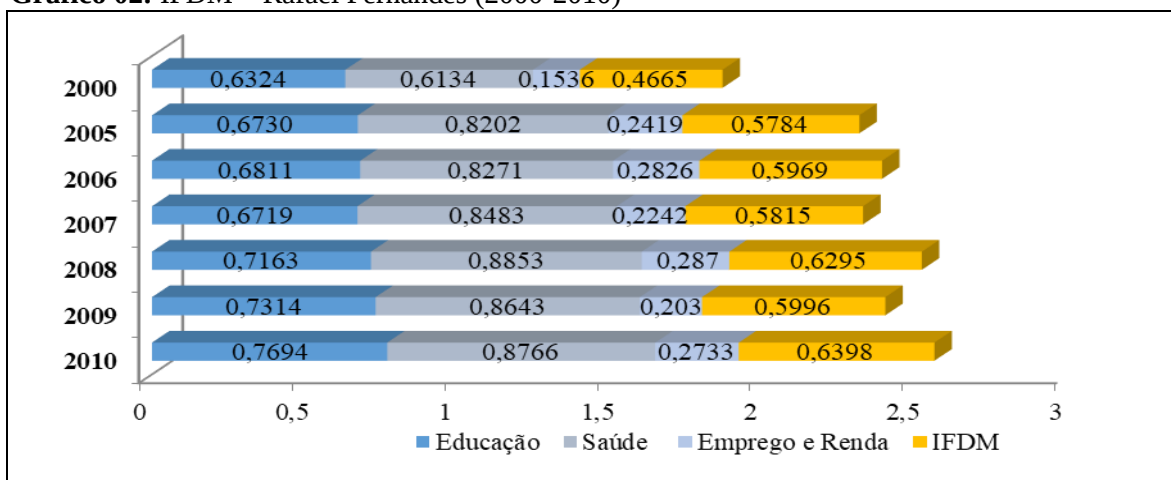
Indicadores	2000	2010
ISDM	3,55	4,14
Habitação	3,37	4,00
Renda	3,45	4,38
Trabalho	4,88	4,72
Saúde e Segurança	4,81	5,34
Educação	3,71	3,22

Fonte: FGV, (2010)

Os indicadores de renda e trabalho melhoraram, embora a taxa de formalização entre os empregados tenha caído um pouco no período 2000-2010; os indicadores de saúde apresentaram crescimento da taxa de mortalidade infantil, aumento na taxa de mortalidade por doenças com causas evitáveis na população de 5 a 74 anos e crescimento da taxa de nascidos vivos com baixo peso. Em compensação, caíram a mortalidade por doenças com causas evitáveis de menores de cinco anos e a proporção de adolescentes de (10 a 19 anos) que tiveram filhos.

Em relação à educação, tem-se que considerar a queda do índice sintético entre 2000 e 2010, demonstrando que a situação piorou no período. Já para a educação infantil e fundamental, de responsabilidade direta do município, de maneira geral ocorreu uma melhoria dos indicadores.

O índice FIRJAN passou de 0,4665, em 2000, para 0,6398, em 2010. Além disso, os indicadores de educação, saúde e emprego e renda, apresentaram melhorias para o período. A vantagem é que o índice é apurado anualmente e permite acompanhar as melhorias graduais como as que ocorreram em todos os indicadores no biênio 2009-2010 (Gráfico 02).

Gráfico 02: IFDM – Rafael Fernandes (2000-2010)

Fonte: FIRJAN (2013)

6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM RAFAEL FERNANDES

O quadro geral de informações reunidas nas diversas fontes permite indicar avanços e melhorias nos indicadores socioeconômicos e ambientais do município, embora se verifique que a situação geral ainda requer muitos avanços. Também é importante reafirmar a impossibilidade de se isolar os efeitos positivos e negativos gerados a partir das ações desenvolvidas pelos governos estadual e federal, mas o município avançou em relação a aprovação de leis e regulamentos importantes para viabilizar a captação de recursos, melhorar o cenário econômico, bem como, conciliar as ações com a preservação do meio ambiente.

A Lei Orgânica Municipal (LOM) estabelece as diretrizes para o município buscar, mediante a cooperação com os demais entes da federação, realizar e planejar ações com vistas à promoção do DS. Os artigos 106 e 107 definem que a elaboração das políticas públicas deve se orientar pelas premissas do desenvolvimento sustentável, em especial, incentivando a participação popular, demonstrando preocupação com a identificação e avaliação das necessidades da comunidade em todos os aspectos.

A legislação municipal foi adaptada para contemplar as preocupações crescentes com o bem-estar da população, em especial, para garantir a preservação ambiental, estabelecendo normas que possibilitem o fortalecimento das potencialidades existentes em Rafael Fernandes. Nesta perspectiva, tem-se em grande importância o Código de Postura, o Código Sanitário e a Agenda 21 Local que reafirmam as obrigações do município nos aspectos socioambientais. A legislação disciplina a higienização dos espaços públicos, estabelece as normas para tratamento do lixo, para uso da água e sobre a poluição, além de outras determinações sanitárias e ambientais, obrigando-se o Poder Público em considerá-las no processo de elaboração e execução das políticas públicas.

Evidencie-se que as demandas da sociedade superam a capacidade de mobilização de recursos que o município tem, e a partir de tal circunstância, priorizam-se as ações e programas que tinham alguma chance de serem executados. O PPA passou pela seleção das prioridades, em que o Poder Executivo, responsável direto pela elaboração, após a realização das Audiências Públicas, estabeleceu as ações possíveis de serem levadas a cabo diante da restrição orçamentária existente.

Seguindo o trâmite esperado, a lei que estabelece o PPA foi encaminhada para debate e aprovação do Poder Legislativo. No processo legislativo obedeceu ao estabelecido no regimento e após ser discutido foi aprovado e encaminhado ao prefeito para sancioná-lo. O ato de publicação legitima o plano e encerra o processo de elaboração e decisão. A formação da agenda com as



demandas provenientes da sociedade, a seleção e hierarquização das prioridades, respeitando a capacidade de captação de recursos, e a legitimação do processo decisório a partir dos atos dos poderes executivo e legislativo, encerram-se com a publicação da Lei.

Tanto o PPA para o quadriênio 2006-2009, bem como, o PPA para 2010-2013 foram analisados, assim como as quatro LDO's e LOA's de cada quadriênio, como elementos indicativos da fase de implementação. Em cada ano a realização das sessões para aprovação das leis permitiram a participação popular, contribuindo para os ajustes e aperfeiçoamentos dos planos a fim de se compatibilizarem com as possibilidades de captação de recursos federais e estaduais.

Em referência a busca da sustentabilidade ambiental o município apresentou ações planejadas em diferentes setores administrativos, tendo em conta que no organograma da Prefeitura não existe uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os quadros 01 e 02 apresentam diversas ações estabelecidas nos PPA's referentes aos períodos de 2006 a 2009 e 2010 a 2013, apontando a priorizações de diversas ações das secretarias responsáveis pela agricultura, obras e urbanismo e saúde e saneamento.

Quadro 01: Programas contidos no Plano Plurianual de Rafael Fernandes (2006-2009)

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Construção e cisternas
Construção de barragens de pequeno porte
Limpeza de barreiros
Perfuração, instalação de poços artesianos com dessalinizador
Construção de cacimbões
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
Construção de uma adutora
Construção e reforma do açougue e abatedouro público
Construção de bueiro, galeria e calçamento
Construção, recuperação e urbanização de praças
Construção do aterro sanitário
Construção parque municipal
Manutenção do sistema águas e esgotos
Manutenção de praças, canteiros e arborização de vias públicas
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Construção de sistema de esgoto sanitário
Construção de unidades sanitárias
Manutenção das atividades da secretaria municipal de saúde e saneamento
Manutenção do programa de vigilância sanitária
Manutenção do programa de endemias

Fonte: Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes (2005)

Quadro 02: Programas contidos no Plano Plurianual de Rafael Fernandes (2010-2013)

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Programa corte de terra para todos → fomento ao trabalho e incentivo à produção agrícola
Construção e ou reforma do matadouro municipal → oferecendo boas condições de trabalho, com total higienização e limpeza para os seus usuários e para o meio ambiente
Reforma ou ampliação do mercado → apoio ao agricultor local para revenda de sua colheita
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Implantação e descentralização do programa de vigilância sanitária → com a implantação da vigilância e com os recursos oriundos do programa irão fiscalizar farmácias, restaurantes, bares, mercado, matadouro, e similares, onde coibiremos a má higienização desses locais
Construção do sistema de saneamento básico → com a ampliação e construção de saneamento básico, inclusive com as estações e bacias de estabilização, retiramos os esgotos a céu aberto presentes nas ruas da periferia, e trataremos em estações finais
Construção de um aterro sanitário → construindo um aterro sanitário por meio de Convênio com a União ou Estado o Município passa a se enquadrar no atendimento às políticas de proteção ambiental e sanitária exigidos pelos ministérios da Saúde e Meio Ambiente
Perfuração e instalação de poços tubulares → com a perfuração e instalação de poços, iremos garantir água para as famílias rurais desassistidas
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Implementação do serviço de limpeza pública → ampliar e adequar o sistema de limpeza pública
Construção e reconstrução de pavimentação nas zonas urbanas e rural → pavimentar ruas e avenidas, oferecendo condições de trafegar
Jardinagem e arborização de Vias, Praças e Canteiros → com a jardinagem e arborização de logradouros públicos, daremos melhores condições de embelezamento
Construção da destinação final do lixo → definir e construir uma área apropriada objetivando a destinação final do lixo coletado

Fonte: Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes (2010).

Pode-se afirmar que as três primeiras etapas do ciclo de políticas públicas (formação da agenda, formulação de políticas e tomada de decisão) foram, relativamente bem aplicadas pela gestão municipal. Em relação à implementação das ações, tem-se de início que observar a subestimação dos recursos necessários para realização de determinados investimentos.

A tabela 5 aponta algumas dotações orçamentárias, notadamente insuficientes, para a execução do que se pretendia (são exemplos: a construção de passagens molhadas com R\$ 44 mil e perfuração e instalação de poços com R\$ 16,5 mil, ambos em 2012, corrigindo-se tais montantes no Orçamento de 2013). Reconheça-se que a existência da dotação nos orçamentos de diversas



prefeituras de pequeno porte, como é o caso de Rafael Fernandes, pode sugerir apenas a tentativa de captação de convênios e, em caso de êxito, pode-se reforçar a dotação existente.

Tabela 05: Programas contidos na LOA de Rafael Fernandes para os exercícios 2012 e 2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
PROJETOS	Ano	
	2012	2013
	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$)
Corte de terras de pequenos agricultores	154.000,00	177.100,00
Construção de cisternas	27.500,00	31.625,00
Construção de passagens molhadas	44.000,00	500.000,00
Construção de barragens de pequeno porte	27.500,00	31.625,00
Limpeza de barreiros	22.000,00	25.300,00
Perfuração de instalação de poços artesianos com dessalinizador	16.500,00	150.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZAÇÃO		
PROJETOS	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$)
Drenagem e pavimentação das ruas urbanas	400.000,00	500.000,00
Construção e recuperação, urbanização de praças	50.600,00	58.190,00
Limpeza e conservação prédios públicos	42.900,00	49.335,00
Manutenção praças, canteiros, arborização vias públicas	40.700,00	46.805,00
Construção de adutora	360.000,00	350.000,00
Construção e reforma açougue e abatedouro público	75.350,00	-
Manutenção dos serviços de limpeza urbana	377.300,00	433.895,00
Construção do sistema do saneamento básico urbano	3.800.000,00	600.000,00
Construção do aterro sanitário	400.000,00	460.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
PROJETOS	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$)
Construção de unidades sanitárias	55.000,00	150.000,00
Manutenção atividade secretaria municipal saúde e saneamento	1.162.150,00	1.568.147,50
Manutenção do programa de endemias	70.000,00	80.500,00
Manutenção do programa vigilância sanitária	8.800,00	10.120,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes (2011 e 2012)

As ações estabelecidas para a Secretaria Municipal da Agricultura tinham como propósitos a melhoria do desempenho da agricultura, cuja prática causa degradação do solo por seu processo arcaico e mal organizado; buscou-se também a preservação da água de boa qualidade e em abundância, com a perfuração de poços e a construção de cisternas e barragens; a Secretaria Municipal de Obras e Urbanização tinham como propósitos: higienização de ruas, praças, prédios públicos, açougues e abatedouros públicos, por meio de construções e recuperações de obras, destacando-se também a construção de aterro sanitário e do sistema de saneamento básico; já a

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento tinham como propósitos: a construção de unidades sanitárias e manutenção de programas importantes para preservação da saúde humana e ambiental.

Reconhece-se que os problemas socioeconômicos e ambientais existentes ainda requerem ações significativas por parte do Poder Público, mas não deixa de ser um alento verificar que o pequeno município de Rafael Fernandes já institucionalizou a necessidade de se buscar o desenvolvimento sustentável. Evidentemente, o município vivencia apenas o início do processo e ainda é necessário se percorrer um longo caminho para que o desenvolvimento sustentável se torne uma realidade para os rafaélenses. O percurso requer perseverança das autoridades, dos gestores, atenção e participação ativa da sociedade e, é claro, que a institucionalização, ou mesmo a melhoria verificada nos diversos indicadores reunidos, não é suficiente ainda.

Percebe-se, por exemplo, que os mecanismos de implementação das ações e mesmo o cumprimento da legislação existente ainda não se encontram plenamente amadurecidos. A implementação depende, fundamentalmente, da captação de recursos dos outros entes (Estado e União), tendo em vista que a base econômica municipal não apresenta condições de fornecer recursos próprios no montante necessário para realização dos investimentos requeridos. O governo municipal busca captar recursos à medida que as oportunidades se apresentam, como foi o caso da aquisição/doação das máquinas realizadas pelo governo federal.

Outra evidência aponta que o processo de monitoramento e avaliação dos resultados a partir das ações executadas ainda não foi devidamente internalizado pela administração municipal. Na verdade, o caráter ainda pouco proativo na captação de recursos (pegar o que está à disposição) acaba por comprometer todo o processo de planejamento, principalmente, a fase de avaliação dos resultados alcançados. Ao se conseguir algum recurso, parte-se imediatamente para uma nova empreitada, sem necessariamente, ocorrer uma avaliação criteriosa do que já existe.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas permitem que a gestão municipal execute ações para atendimento das demandas da população por serviços em diversas áreas. Em tal perspectiva, os indicadores são usados para subsidiar o prosseguimento (ou não) das políticas públicas implantadas através da avaliação dos seus resultados. Para executar os objetivos e finalidades, o gestor público se utiliza do planejamento, buscando-se atender aos interesses da sociedade, sem descuidar dos aspectos normativos e legais. Assim, a institucionalização do desenvolvimento sustentável na proposição das políticas, programas, projetos e ações na administração municipal em Rafael Fernandes é considerado um avanço importante.



A exposição de fatores produtivos, socioeconômicos e ambientais, tornou possível esboçar o perfil de Rafael Fernandes, considerando o período de 2008 a 2013, e todos os aspectos considerados têm impactos sobre a economia local e sobre o desenvolvimento sustentável municipal. A economia municipal se caracteriza pela preponderância da agricultura familiar e pequenos comércios, sendo muito dependente do setor terciário.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) exibiu um acréscimo a partir dos fatores renda, longevidade e educação, mas o município ainda apresenta um número significativo de pessoas em condição de pobreza, estando a população diante de uma enorme desigualdade gerada pela ineficiente distribuição de renda no município. A proporção de pobres persiste mesmo havendo um aumento no número de pessoas ocupadas e de empresas locais, demonstrando que o município tem um mercado de trabalho limitado e não é capaz de acolher a demanda por empregos.

Percebe-se que as diretrizes voltadas ao desenvolvimento sustentável de Rafael Fernandes constam na Lei Orgânica Municipal e também são descritas no Código de Postura, bem como, nos planos de ação a curto, médio e longo prazo. Os PPA's e demais leis orçamentárias apresentam planos, programas e projetos que buscam o desenvolvimento sustentável, embora se reconheça o caráter pouco proativo nas estratégias de captação de recursos.

O município de Rafael Fernandes foi descrito a partir de diversos indicadores, contemplando os aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Foram apontados alguns fatores relevantes que exprimem os resultados das ações implementadas pelo Executivo Municipal, cujos rebatimentos podem ser capazes de estimular o desenvolvimento sustentável municipal, embora seja evidenciado que o processo ainda é bastante incipiente, descuidando-se inclusive da criação de uma secretaria específica para cuidar das questões ambientais. Também há necessidade de aprimoramento da gestão pública municipal para a elaboração de planejamentos e estratégias que sejam capazes de considerar as particularidades locais, especialmente às associadas com a convivência com a seca.

Pode-se constatar, com base no aparato teórico do ciclo de políticas públicas, que os procedimentos de formação da agenda e formulação foram observados, entretanto o processo de implementação e, principalmente, monitoramento e avaliação ainda deixam a desejar, observando-se a dicotomia entre planejamento e execução. Embora se observe ferramentas de planejamento (programas, planos e projetos) no PPA, na LDO e na LOA, em muitos casos, não são efetivamente executados ou não foram devidamente avaliados.

Relate-se o reconhecimento de diversos atores sociais e institucionais consultados que admitem as deficiências existentes no planejamento e execução, bem como, no próprio entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável, na maioria das vezes associado apenas às questões ambientais.

Ao concluir, é necessário enfatizar a necessidade de aprofundar os debates e as pesquisas sobre as perspectivas que se apresentam para os pequenos municípios do Semiárido trilharem o caminho do desenvolvimento sustentável. A exiguidade de recursos naturais, humanos e financeiros parecem barreiras intransponíveis para a mitigação das desigualdades socioeconômicas e ambientais que ainda predominam no cenário, mas basta olhar com maior atenção que se encontrem mudanças, ainda muito sutis, mas animadoras. Afinal, o DS é um processo, uma longa caminhada que requer os primeiros passos. Rafael Fernandes iniciou timidamente essa jornada.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do município de Rafael Fernandes**. 2013. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/rafael-fernandes_rn> Acessado em: 10 dez. 2013.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALDAS, R. W. de. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. Disponível em <<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>> Acessado em: 11 jul. 2013.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 2ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

_____. **Desenvolvimento e Natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CEDRS- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Cartilha do CMDS- Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável**. 2013. Disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/cmds_cedrs_13/CARTILHA_CMDS_2013.pdf> Acessado em: 31 jul. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Contas Nacionais número 39. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62930.pdf>>. Acessado em: 30 nov. 2013.

_____. **Canais cidades@**. Rio Grande do Norte. Rafael Fernandes. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm1>>. Acessado em: 23 jun. 2013.



IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Anuário Estatístico**. 2010. Disponível em <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/arquivos/Anuario%202010%20em%20PDF/IDEMA_anuario_2010.pdf>. Acessado em: 23 jun. 2012.

_____. **Perfil do seu município – Rafael Fernandes**. 2008. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/arquivos/Perfil%202008/Rafael%20da%20Fernandes.pdf>. Acessado em: 23 jun. 2013.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM**. Escola de Economia de São Paulo. Centro de Microeconomia Aplicada – C-Micro/ FGV. 2012. Disponível em <<http://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/Nota%20T%C3%A9cnica%281%29.pdf>> Acessado em: 28 nov. 2013.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFGF – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**. 2011. Disponível em < <http://www.firjan.org.br/ifgf/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=RN&IdCidade=241050&Indicador=1&Ano=2010>> Acessado em: 12 dez. 2013.

_____. **IFDM. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2010. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=RN&IdCidade=241050&Indicador=1&Ano=2009>> Acessado em: 12 dez. 2013.

_____. **IFDM. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2012. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=RN&IdCidade=241050&Indicador=1&Ano=2010> Acessado em: 12 dez. 2013.

Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 local**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local>> Acessado em: 11 jan. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES. Lei N ° 005/ 2013 – Dispõe sobre o **Código de Postura de Rafael Fernandes e dá outras providências**. 2013.

_____. Lei N° 0005/2008 – Dispõe sobre o **Código sanitário Municipal**. 2008.

_____. Lei N° 006/2002 – Cria, no âmbito do Município Rafael Fernandes o **Projeto Agenda 21 e seu desenvolvimento sustentável**. Rafael Fernandes 2002.

_____. **Lei Orçamentaria Anual de Rafael Fernandes** – Estado do Rio Grande do Norte. Exercício 2012. Rafael Fernandes, 2011.

_____. **Lei Orçamentaria Anual de Rafael Fernandes** – Estado do Rio Grande do Norte. Exercício 2013. Rafael Fernandes, 2012

_____. **Lei Orgânica do Município de Rafael Fernandes** – Estado do Rio Grande do Norte. 2ª ed. Rafael Fernandes, 2011.

_____. **Plano Plurianual Anual 2006 - 2009**. Rafael Fernandes, 2005.

_____. **Plano Plurianual Anual 2010 - 2013**. Rafael Fernandes, 2010.

PORTAL ODM – **Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatórios Dinâmicos, Indicadores Municipais.** Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br>> Acessado em: 28 jul. 2013.

RADAR RIO+20. **Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo, 2011. Disponível em < [/www.radarrio20.org.br](http://www.radarrio20.org.br) > Acessado em: 15 jun. 2013.

RIO+20. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. **O futuro que queremos.** – Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<http://www.un.org/en/sustainablefuture/>> Acessado em: 15 jun. 2013.

RUA, M. das G. **Políticas públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC. Brasília: CAPES/UAB, 2009, 130p. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291087408.pdf> Acessado em: 17 jun. 2013.

SECCHI, L. **Políticas Públicas:** Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TODT, R. **Agenda 21 — Ferramenta para a elaboração de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2006. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Adm293783>> Acessado em 05 jul. 2013.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável:** O desafio do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Recebido em 05 de maio de 2017
Aprovado em 06 de outubro de 2017

